



CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SANTO ANDRÉ**

## REQUERIMENTO DE APLAUSO

VOTO DE APLAUSO pela luta dos movimentos de mulheres na garantia da Lei Maria da Penha, que completa 19 anos nesta semana. AUTOR: Vereador Ricardo Alvarez (PSOL)

Senhor Presidente

A violência contra as mulheres no Brasil segue como uma chaga social, mas a resistência feminina tem sido incansável. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), fruto de décadas de mobilização de movimentos de mulheres, é um marco na luta pela proteção de suas vidas e integridade física. Nomeada em homenagem à farmacêutica cearense que sobreviveu a duas tentativas de homicídio pelo ex-marido, a lei simboliza a vitória da pressão popular contra a impunidade e a cultura machista que naturaliza a agressão doméstica. Nesta semana em que a Lei completa 19 anos de sua promulgação, a questão continua muito viva.

Apesar dos avanços legais, a realidade ainda é cruel: a cada quatro minutos, uma mulher é agredida no Brasil, e os feminicídios continuam assustadoramente altos. A Lei Maria da Penha trouxe instrumentos essenciais, como medidas protetivas e a criação de juizados especializados, mas sua efetividade esbarra na falta de investimento em políticas públicas e na morosidade do Judiciário. Mulheres pobres e negras são as mais vulneráveis, evidenciando como o machismo se entrelaça com o racismo e a desigualdade social.

A luta das mulheres brasileiras não se limita à denúncia – é também por prevenção e educação. Coletivos feministas, organizações como o Instituto Maria da Penha e as manifestações massivas, como as do "Fora Bolsonaro" – que escancarou o descaso do governo anterior com as políticas de gênero –, mostram a força do movimento. A resistência se dá nas ruas, nas redes e nos abrigos que acolhem vítimas, provando que a solidariedade entre mulheres é uma trincheira contra a violência.

O caso de uma mulher agredida com 61 socos pelo ex-companheiro no Rio Grande do Norte ilustra a escalada da violência contra as mulheres no Brasil, evidenciando a persistência da cultura machista e a ineficiência das medidas protetivas. Apesar da existência da Lei Maria da Penha, muitas vítimas ainda enfrentam falhas na aplicação da lei, demora no atendimento e risco de novas agressões. O crime, filmado e divulgado nas redes sociais, chocou o país e reacendeu o debate sobre a necessidade de políticas públicas mais efetivas, maior fiscalização e uma mudança cultural para coibir a violência de gênero. Enquanto impunidade e desigualdade persistirem, as mulheres seguirão vulneráveis à barbárie.





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**SANTO ANDRÉ**

Por outro lado, iniciativas da extrema-direita têm se concentrado em descredibilizar e em atacar a Lei Maria da Penha, tendo como resultado o aumento do machismo, da misoginia e da violência contra as mulheres.

Por exemplo, a produtora Brasil Paralelo, grupo conhecido por disseminar desinformação e conteúdo de extrema-direita, utilizou um laudo médico falso para atacar Maria da Penha, símbolo da luta contra a violência doméstica e que dá nome à principal lei de proteção às mulheres no Brasil. O documento, supostamente assinado por um legista, questionava a versão de Maria da Penha sobre as agressões sofridas pelo ex-marido, tentando descredibilizar sua história. A estratégia faz parte de uma campanha mais ampla de grupos conservadores para minar conquistas feministas e revogar direitos fundamentais das mulheres.

A fraude foi desmascarada por investigação da Agência Pública, que comprovou a inexistência do legista citado no laudo e a manipulação de informações. Especialistas e movimentos de mulheres alertam que esse tipo de ataque busca revitalizar discursos misóginos e enfraquecer a Lei Maria da Penha, que, apesar de seus avanços, ainda enfrenta resistência de setores reacionários. O caso expõe como a desinformação é usada como arma política para retroceder nas pautas de gênero e colocar vidas em risco.

É dever do Poder Público criar mecanismos de proteção e prevenção à violência contra as mulheres.

A Lei Maria da Penha é uma conquista, mas a batalha continua. É urgente ampliar a rede de proteção, garantir acesso à Justiça e combater a cultura do estupro e da subjugação feminina. Enquanto o Estado falha, são as mulheres, especialmente as mais marginalizadas, que seguem na linha de frente, exigindo o direito básico de viver sem medo. Sua luta é por dignidade – e é uma luta de todas nós.

Desta forma, requeiro que seja incluído nas atas de trabalho desta Casa VOTO DE APLAUSO pela luta dos movimentos de mulheres na garantia da Lei Maria da Penha, que completa 19 anos nesta semana.

1) - Gabinete Ricardo Alvarez

Plenário "João Raposo Rezende Filho - Zinho", 5 de agosto de 2025.

**Ver. Ricardo Alvarez**  
**VEREADOR**

